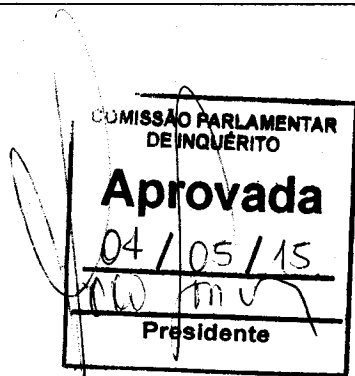




ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

ATA



ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA ATRAVÉS DO ATO DO PRESIDENTE Nº 33, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2015.

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e quinze, no Auditório João Eudes da Nóbrega da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, com o objetivo de tratar sobre o andamento dos trabalhos de investigação dos fatos que estão sendo apurados por este órgão colegiado, atendendo ao edital de convocação publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de nº 6.965, em 24 de abril de 2015, o senhor presidente Deputado João Gonçalves "invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" declarou aberta a presente reunião, contando com as presenças dos membros titulares: Camila Toscano, Inácio Falcão, Janduhy Carneiro, João Bosco Carneiro e Ricardo Barbosa. Logo em seguida a Presidência convidou para secretariar os trabalhos a Deputada Camila Toscano, a quem requisitou à leitura do expediente em Mesa. Leitura da Ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que, submetida à discussão e votação, foi aprovada sem restrições. Leitura do ato de convocação publicado no Diário do Poder Legislativo nº 6.965, de 24 de abril de 2015; leitura do Ofício Circular nº 017/2015, encaminhado às telefonias OI, Tim, Claro e Vivo, que requer a cópia dos instrumentos de concessão ou autorização pública de exploração dos serviços de



telecomunicação móvel no estado da Paraíba, cópia do contrato de comercialização e uso de serviços de implantação e funcionamento de redes de telecomunicação e a cópia de autorização do uso de recursos de órbita e do espectro de radiofrequência no espaço territorial do estado da Paraíba, no prazo de dez dias contados do recebimento desta comunicação. Em seguida, o Presidente determinou que o Relator, Deputado João Bosco Carneiro, procedesse à leitura da matéria que contava na Pauta os Requerimentos, de autoria do Deputado João Bosco Carneiro: nº 01/2015 que requer documentos a autoridades, órgãos públicos e empresas de telefonia; nº 02/2015, que requer a oitiva de autoridades, cidadãos e representantes de empresas de telefonia móvel. O relator solicitou que, após a deliberação das proposituras, a assessoria técnica encaminhasse ofícios às autoridades a fim de colher dados e informações necessárias. Com a palavra, o Deputado Ricardo Barbosa louvou a iniciativa do relator por suas proposituras, imprescindíveis ao aprofundamento das investigações, subscrevendo-as. Acostou-se ao relator, o Deputado Janduhy Carneiro, que sugeriu a convocação da OAB para debater os assuntos inerentes a esta comissão. O Deputado João Bosco Carneiro agradeceu as palavras de seus pares e determinou a inclusão da OAB em seu requerimento. Em seguida, o Deputado Ricardo Barbosa disse que a comissão deve conferir maior celeridade às atividades, citou o artigo 35 do Regimento Interno desta Casa, indagou sobre a composição da assessoria técnica designada para auxiliar os trabalhos da CPI e perguntou se outros órgãos cederam servidores para esse fim. O Presidente João Gonçalves informou que o Ministério Público designou promotores para prestar assistência e acompanhamento desta Comissão. Neste momento, a Deputada Camila Toscano promoveu a leitura do Ofício nº 141/2015 de autoria do Procurador-Geral de Justiça, Bertrand de Araújo Asfora, que indica o Dr. Francisco Glauberto Bezerra, bem como o senhor Vitor Martorelli Galdino e senhora Juliana Barbalho Brasileiro para assessorar essa comissão. O Deputado Ricardo Barbosa, citando a Lei federal nº 9.473 que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, declarou que o objetivo da CPI é fiscalizar e fixar punição pela precaríssima prestação de serviços de telefonia móvel em nosso Estado. Segundo o parlamentar, as falhas dos

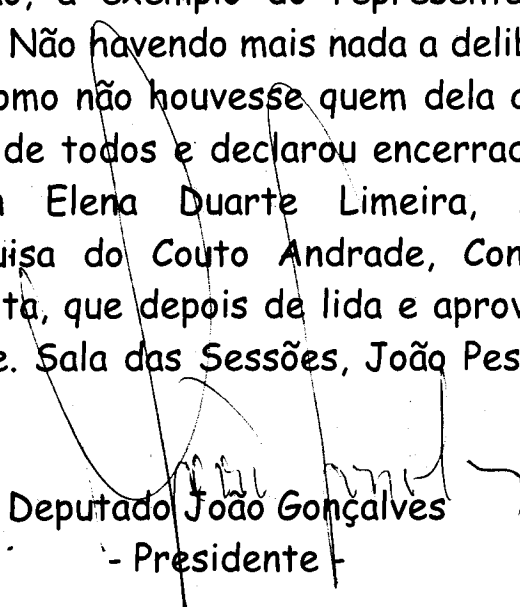


serviços telefônicos são evidentes e inegáveis, sendo visualizados principalmente no interior do estado. Considerou que essa comissão não como contribuição os resultados de outras CPIs realizadas em outras Assembleias Legislativas. Ato contínuo, os requerimentos nº 01/2015 e 02/2015 foram aprovados por unanimidade. O Deputado Ricardo Barbosa destacou a necessidade de requisitar servidores de outros órgãos, com conhecimento especializado, para auxiliar os trabalhos desta Comissão, fundamentando a sugestão no art. 35 do Regimento Interno da Casa, que prevê tal possibilidade. O Presidente submeteu a sugestão do Deputado Ricardo Barbosa, sob a forma de requerimento, à apreciação dos demais membros da Comissão, sendo aprovado por unanimidade. Com relação à escolha das cidades que irão sediar as sessões itinerantes desta CPI, a Deputada Camila Toscano sugeriu que se iniciasse pelas Cidades de Campina Grande e Guarabira, esta última como cidade polo do Brejo Paraibano. Ato contínuo o Deputado Ricardo Barbosa, abordando o mesmo assunto, sugeriu que as cidades alvos da visitas sejam aquelas sedes de instituição de ensino do Estado, observando o critério da geopolítica administrativa da educação. Sugeriu também que as sessões itinerantes ocorram nos dias em que as Câmaras Municipais realizem sessões ordinárias. O Deputado Inácio Falcão desculpou-se por chegar atrasado à reunião e ponderou a última sugestão do Deputado Ricardo Barbosa, argumentando que não sabe se existe prazo suficiente para esquematizar as sessões itinerantes sempre em conjunto com sessões ordinárias das Casas Legislativas Municipais porque as Câmaras não se reúnem com frequência, propondo que sejam feitas sessões extraordinárias se necessário. O Deputado Ricardo Barbosa apresentou a lista sobre as cidades a serem visitadas, com base no critério da geopolítica administrativa da educação, quais sejam: Campina Grande, Guarabira, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Mamanguape. O parlamentar esclareceu que em caso de necessidade outras cidades podem ser acrescentadas à lista. No final da discussão, a lista apresentada pelo Deputado Ricardo Barbosa foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Deputado Inácio Falcão noticia que já fez encaminhamentos para que ocorra a primeira sessão itinerante na próxima quinta-feira de manhã, 30 de abril de 2015, na cidade de Campina Grande. Em aparte, o Deputado Ricardo Barbosa falou que se





preocupa com o fato de se marcar as sessões itinerantes nos dias em que há sessão ordinária nesta Casa, já que os parlamentares tendem a se ausentar das deliberações. Ponderou que a marcação em forma excepcional. Sugeriu que a primeira sessão fosse marcada em uma data mais distante, pois não obstante a exigüidade do tempo existe muito material pra ser estudado e estratégias para serem estabelecidas. Oportunizada a palavra ao Deputado João Bosco Carneiro, este explicou que o objetivo das sessões itinerantes é de ouvir a população, assim, deveria a Comissão pensar em uma estratégia antes de se dirigir até as cidades, para que enquanto os Deputados estivessem debatendo com os vereadores durante a sessão, uma equipe móvel se situasse em pontos estratégicos da cidade para colher os reclamos da população. Sugeriu que a primeira reunião não ocorresse no dia 30 de abril, mas em data posterior para que fosse preparada uma melhor logística, sendo amplamente divulgados os locais de visita e aprontado o material de divulgação. Após ponderações, os deputados acordaram que as primeiras sessões itinerantes ocorrerão no dia 7 de maio, quinta-feira, às 09h30min, na cidade de Campina Grande, e às 17:00 na cidade de Guarabira. Acordaram que ao longo da semana deliberariam sobre a próxima autoridade que será ouvida pela CPI na próxima reunião ordinária, agendada para segunda-feira, 04 de maio de 2015. O Deputado Inácio Falcão sugeriu que as autoridades cujas áreas de atuação sejam pertinentes com a defesa do consumidor sejam comunicadas da sessão, a exemplo do representante da OAB, MP, cartórios, Procons etc. Não havendo mais nada a deliberar a Presidência facultou a palavra e como não houvesse quem dela quisesse fazer uso, agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos. E para constar, Evelin Elena Duarte Limeira, Assessor Técnico Legislativo, e Ana Luísa do Couto Andrade, Consultor Legislativo, lavramos a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente. Sala das Sessões, João Pessoa 27 de abril de 2015.


Deputado João Gonçalves
- Presidente -